

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aplicação: 2014

SEGUNDA ETAPA CURSO DE FORMAÇÃO

PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicadas em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100;
www.cespe.unb.br;
sac@cespe.unb.br;

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: BCB = Banco Central do Brasil; PGBC = Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil; SFN = Sistema Financeiro Nacional.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Assinale a opção correta a respeito de intervenção estatal e regulação financeira.

- Ⓐ De acordo com as análises da Escola de Chicago, desenvolvidas entre os fins da década de cinquenta do século XX e o início da década de sessenta desse mesmo século, a regulação estatal seria a maneira mais econômica e eficaz de tratar as falhas e a ineficiência do mercado.
- Ⓑ A intervenção estatal para a correção de falhas de mercado é realizada, especialmente, por meio de mecanismos como tributação, outorga de subsídios, regulação e criação de infraestrutura.
- Ⓒ Entre os custos de transação incluem-se os custos econômicos de fazer negócios, as transações, o cumprimento de contratos e acordos, mas não os custos políticos de elaboração de regras de fiscalização.
- Ⓓ Em caso de ocorrência de falhas de mercado, cujo significado é o mesmo de ineficiência de mercado, o Estado deverá adotar medidas intervencionistas com efeitos normativos para corrigir as falhas e promover a eficiência do mercado.
- Ⓔ A expressão “economia dos custos de transação”, utilizada por Ronald H. Coase em **The Nature of the Firm**, está relacionada à ideia de empresa tomada como instrumento de oneração da atividade econômica, em face dos custos relativos a negociações e contratos.

QUESTÃO 2

No que se refere ao monopólio e à concentração de poder no mercado, que constituem, assim como as assimetrias informacionais, falhas de mercado relevantes para o sistema financeiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A assimetria de informações é, de certa forma, benéfica aos mercados, visto que está relacionada a um modelo de equilíbrio embasado na presunção plena de que todos podem ter acesso aos subsídios necessários para a concorrência econômica.
- Ⓑ A obtenção de informações relevantes do mercado não tem relação com a análise dos custos de transação que oneram os agentes nela envolvidos.
- Ⓒ Em situação de monopólio, o agente dispõe de maior poder de mercado, livre de pressões dos competidores e da relação de sujeição entre contratantes e contratados.
- Ⓓ A concentração de poder econômico é determinada, necessariamente, pelos meios de produção.
- Ⓔ A assimetria informacional decorre da concentração de informações em poder de poucos agentes, que dispõem de fontes de acesso privilegiado.

QUESTÃO 3

No que se refere às externalidades, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ocorrendo externalidade negativa, são gerados custos que transcendem os limites da relação entre os agentes envolvidos na relação de negócio.
- Ⓑ As externalidades negativas não geram custos para terceiros, mas apenas para os agentes envolvidos na relação negocial.
- Ⓒ A poluição ambiental pode ser considerada uma externalidade positiva na medida em que exige do mercado investimentos em produtos e serviços protetivos ao meio ambiente.
- Ⓓ A instalação de uma indústria em uma região com baixos níveis de escolaridade é considerada uma externalidade negativa, visto que as pessoas que ali residem não serão absorvidas pelas atividades empreendidas pela indústria, dada a falta de qualificação profissional.
- Ⓔ Externalidade deve ser reconhecida como incidência apenas de efeito negativo na relação produtiva, ou seja, como tudo o que afetar maleficamente os agentes envolvidos na relação.

QUESTÃO 4

Acerca dos bens coletivos, considerados falhas de mercado, assinale a opção correta.

- Ⓐ A confiança dos poupadores nas instituições financeiras é considerada um bem coletivo.
- Ⓑ A utilização do bem coletivo por alguns agentes elimina e limita a possibilidade de uso ou de fruição desse tipo de bem por terceiros.
- Ⓒ Podem ser excluídas do uso dos bens coletivos, segundo Cowen, as pessoas que não tenham arcado com seus custos (*nonexcludability*).
- Ⓓ Por não serem tangíveis, as informações ou o conhecimento adquirido não podem ser considerados bens coletivos.
- Ⓔ A única forma de extinguir a ineficiência dos bens coletivos é instituindo-se a obrigação de pagamento pelo seu uso.

QUESTÃO 5

Consoante a tipologia básica de regulação financeira que visa prevenir falhas do sistema financeiro, coibindo fraudes e protegendo a poupança, a competitividade, a liquidez e a transparência, assinale a opção correta no que concerne à utilização de regras que estabelecem procedimentos de controle de risco e de supervisão pela autoridade.

- A** A regulação de condutas visa evitar que os agentes financeiros, em casos concretos, exponham a riscos os clientes.
- B** A regulação concorrencial visa à proteção do sistema financeiro, de modo a evitar a intervenção em atividades não financeiras.
- C** A regulação prudencial estabelece mecanismos de redução de assimetria informacional, a exemplo da autorização para funcionamento das instituições.
- D** A regulação procedimental objetiva zelar pela transparência das instituições financeiras, de modo que os investidores não caiam em armadilhas financeiras.
- E** O escopo da regulação sistêmica é assegurar aos investidores a transparência de procedimentos praticados no âmbito da instituição financeira e o atendimento aos interesses particulares de seus correntistas.

QUESTÃO 6

A Resolução n.º 4.122/2012

- A** estabelece condições e requisitos para a implementação de cargos, autorizados pelo BCB, inclusive em instituições de pagamento.
- B** é norma com *status* de lei complementar expedida pelo BCB.
- C** é norma que integra o SFN, com o intuito de, entre outras diretrizes, regular a autorização de funcionamento de agências de fomento.
- D** regula a autorização para o funcionamento das administradoras de consórcio.
- E** regula a alteração do controle societário de companhias hipotecárias, exceto a criação ou o cancelamento de carteira operacional por banco múltiplo.

QUESTÃO 7

De acordo com a Resolução n.º 4.122/2012, exige-se, na segunda etapa do procedimento para funcionamento de uma instituição financeira, para avaliação do BCB, a apresentação

- A** dos documentos que comprovem que os recursos de terceiros são lícitos e do nome dos administradores.
- B** do plano estratégico de alocação de recursos humanos.
- C** da prova da inexistência de restrições que possam afetar a reputação dos controladores e detentores de participação qualificada e da capacidade econômico-financeira do grupo de controle.
- D** da alteração do estatuto social e da remessa dos nomes dos administradores.
- E** dos nomes dos membros dos órgãos societários e da comprovação da origem dos recursos a serem utilizados.

QUESTÃO 8

Caso uma instituição financeira deixe de cumprir o plano de negócios no período de averiguação, o BCB deve

- A** aplicar, imediatamente, o procedimento da liquidação extrajudicial.
- B** cassar a autorização de funcionamento da instituição, dada a inobservância dos requisitos previstos na Resolução n.º 4.122/2012.
- C** cancelar imediatamente o funcionamento da instituição financeira e divulgar ao público o cancelamento da autorização de funcionamento.
- D** avaliar os riscos do cancelamento para depositantes e credores operacionais e, então, instaurar processo administrativo, notificando a instituição financeira para se manifestar a respeito da intenção de cancelar a autorização para funcionar.
- E** aplicar as sanções previstas aos administradores, sem a necessidade de avaliação da conveniência do cancelamento do funcionamento da instituição.

QUESTÃO 9

Para evitar que as instituições financeiras apresentem saldos diários negativos na conta reservas bancárias, criaram-se

- A** empréstimos junto a outras instituições financeiras para a captação de valores e compensação de déficit de capital.
- B** operações de redesconto nas modalidades crédito intradia para a satisfação da necessidade de liquidez no curtíssimo prazo de fluxo de caixa.
- C** operações de crédito de um dia útil para fluxo de caixa ao longo de um dia.
- D** operações de crédito com prazo de até quinze dias úteis para satisfazer as necessidades de liquidez provocadas pelo descasamento de curto prazo no fluxo de caixa.
- E** operações com prazo de até noventa dias para viabilizar ajuste patrimonial de instituições financeiras com desequilíbrio estrutural.

QUESTÃO 10

Caso o BCB detecte inadequado gerenciamento de riscos por parte de instituição financeira, o órgão fiscalizador deve

- A** impor restrições às atividades da instituição financeira vinculadas à aplicação de seus recursos.
- B** determinar a capitalização, com aporte de recursos necessários ao soerguimento da sociedade.
- C** promover intervenção cautelar na instituição, destituindo seu presidente, com o objetivo de manter a higidez do sistema financeiro.
- D** adotar medidas preventivas, como a determinação de controles e procedimentos adicionais e redução do grau de risco de exposições.
- E** adotar medidas cautelares e, de início, impedir que os diretores da referida instituição assumam quaisquer outros cargos em outras instituições.

QUESTÃO 11

As modalidades de regime especial que o BCB pode aplicar em face da iminência de insolvência de instituição financeira privada, quando se constata a existência de vários credores, incluem

- A** o cancelamento da constituição da instituição financeira.
- B** a liquidação judicial, que deverá ser processada em vara de falências públicas.
- C** a intervenção, que não derroga a disciplina geral da insolvência empresarial.
- D** o regime de administração especial temporária (RAET), que acarreta a cassação dos mandatos dos administradores da instituição e a condução dos atos desta por conselho diretor nomeado pelo BCB.
- E** a cassação do alvará de funcionamento da instituição.

QUESTÃO 12

A liquidação extrajudicial

- A** constitui regime de caráter cautelar que busca preservar a existência da instituição financeira com base no seu saneamento.
- B** confere ao liquidante poderes idênticos ao do juiz da falência.
- C** consiste em medida preventiva capaz de manter a higidez do sistema financeiro e preservar as poupanças pessoais.
- D** constitui regime de natureza cautelar, cujo prazo de resolução é legalmente determinado.
- E** é regime típico do SFN, sendo seus efeitos semelhantes aos da falência: há interrupção da prescrição relativa às obrigações da empresa e instauração do concurso de credores, com a suspensão das ações de execução contra a entidade liquidanda.

QUESTÃO 13

Em relação à Advocacia-Geral da União (AGU) e à PGBC, assinale a opção correta.

- A** Consideram-se órgãos de direção superior da AGU, exclusivamente, o advogado-geral da União; a Procuradoria-Geral da União e da fazenda nacional; a Consultoria-Geral da União e a Corregedoria-Geral da Advocacia da União.
- B** Os órgãos de execução da AGU são os seguintes: as procuradorias regionais da União e as da fazenda nacional e as procuradorias da União e as da fazenda nacional nos estados e no Distrito Federal e as procuradorias seccionais destas; a Consultoria da União, as consultorias jurídicas dos ministérios, da secretaria-geral e das demais secretarias da Presidência da República e do Estado-Maior das Forças Armadas.
- C** A Câmara de Consultoria Bancária e Regulação Geral é uma das câmaras temáticas ligadas diretamente ao procurador-geral do BCB.
- D** A Coordenação-Geral de Consultoria em Organização do Sistema Financeiro subordina-se à Câmara de Gestão Legal, ligada diretamente à subchefia do procurador-geral.
- E** A PGBC, por se caracterizar como órgão jurídico de autarquia especial, vincula-se, administrativamente, à AGU.

QUESTÃO 14

Os procuradores do BCB

- A** são impedidos de exercer a advocacia privada, salvo *pro bono* ou em causa própria, mas podem figurar como sócios em sociedade de advogados, desde que registrado o impedimento no contrato social e na Ordem dos Advogados do Brasil.
- B** não poderão participar dos conselhos de administração e fiscal de empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- C** não poderão exercer advocacia privada, nem mesmo em causa própria, quando estiverem em questão interesses de empresa pública federal.
- D** poderão ser cedidos, durante o estágio probatório, apenas para ocuparem cargo comissionado na Presidência da República.
- E** poderão exercer a advocacia em causa própria, desde que comuniquem previamente tal fato à respectiva chefia imediata.

QUESTÃO 15

Suponha que determinada instituição financeira disponibilize o *lobby* de sua sede a servidor do BCB, em gozo de licença, para a realização da exposição de pinturas produzidas, como *hobby*, pelo referido servidor, cujo nome apareça vinculado à sua função bancária no *folder* de propaganda da exposição. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Como o servidor produz as pinturas como *hobby*, e não para fins comerciais, não há que se cogitar de potencial conflito de interesses.
- B** O conflito de interesses pode caracterizar-se, no caso em apreço, pela mera possibilidade de transmitir à opinião pública dúvida a respeito da integridade, moralidade, decoro e clareza de posições do servidor.
- C** A conduta só será imprópria se o servidor for lotado em áreas sensíveis ou encarregado de funções que possibilitem o acesso a informação privilegiada.
- D** Em face da conduta irregular do servidor, seus superiores hierárquicos devem informar a situação à Comissão de Ética do BCB; já os demais colegas, em razão da hierarquia própria à organização interna do BCB, devem comunicar o fato à ouvidoria da instituição.
- E** O gozo de licença torna inaplicável ao caso os preceitos do Código de Conduta dos Servidores do BCB.

QUESTÃO 16

No que diz respeito à carreira de procurador do BCB, assinale a opção correta.

- A** No exercício das atividades de consultoria jurídica do BCB, cabe ao procurador manifestar-se perante a imprensa sobre assuntos conexos às suas atribuições, mediante autorização da chefia imediata.
- B** A promoção nessa carreira ocorre segundo critérios de antiguidade e de merecimento, de forma alternada, sendo processada semestralmente para vagas ocorridas até 30 de junho e até 31 de dezembro, a cada ano.
- C** O procurador é impedido de exercer suas atribuições em processo judicial no qual tenha atuado como advogado ou no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- D** Esse cargo compõe o quadro de pessoal do BCB, juntamente com os cargos de auditor do BCB, de nível superior, e de técnico do BCB, de nível médio.
- E** A inobservância do dever funcional de sigilo bancário sujeita os procuradores a pena de suspensão ou advertência, conforme a gravidade da conduta.

QUESTÃO 17

Acerca dos crimes previstos na Lei n.º 7.492/1986, assinale a opção correta.

- A** É irrelevante a diferenciação entre gestão fraudulenta e temerária, visto que, para as duas modalidades de crimes, o legislador previu idênticas penas em abstrato.
- B** A obtenção fraudulenta de crédito vinculado a *leasing* financeiro junto a banco somente constituirá crime contra o SFN caso a instituição bancária seja pública.
- C** A responsabilidade penal do controlador e dos administradores da instituição financeira, incluindo-se diretores e gerentes, é de natureza objetiva e, portanto, independe da comprovação de que tenham praticado ou concorrido para a prática da infração.
- D** Gerente de instituição financeira poderá deferir empréstimo a primo dele, sem que isso, por si só, constitua crime previsto na legislação que trata dos crimes contra o SFN.
- E** É prevista a modalidade culposa para o crime tipificado como divulgar informação falha ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira, sendo a pena para ele prevista inferior à estipulada para a modalidade dolosa.

QUESTÃO 18

A respeito do papel do BCB no combate aos crimes financeiros, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso a denúncia de crime contra a ordem financeira não seja intentada pelo Ministério Público dentro do prazo legal, poderá o BCB oferecê-la diretamente, como assistente de acusação.
- Ⓑ O sistema BACEN JUD permite às autoridades judiciais a obtenção de informações de clientes de instituições financeiras, não sendo possível, entretanto, a transferência de valores, a não ser no caso de cumprimento de decisão judicial em ação de execução.
- Ⓒ É possível identificar, a partir do sistema de cadastro de clientes do SFN (CCS), a instituição financeira com a qual alguém possua relacionamento bancário.
- Ⓓ O sistema de movimentação bancária (SIMBA) foi desenvolvido para utilização apenas mediante autorização judicial, dado o sigilo dos dados bancários.
- Ⓔ Os documentos produzidos nas fiscalizações não podem ser utilizados como prova, já que não são produzidos na fase judicial.

QUESTÃO 19

No que se refere aos crimes contra o SFN, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que Malaquias tenha contraído, em instituição financeira oficial, financiamento vinculado à compra de maquinário específico para a produção de soja em sua propriedade rural. Nessa hipótese, caso Malaquias utilize o dinheiro para a compra de uma caminhonete nova, mas efetue o pagamento do financiamento regularmente e dentro do prazo estabelecido, não praticará crime contra o SFN.
- Ⓑ A pena para quem efetua operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover a evasão de divisas, é a mesma da prevista para quem mantém no exterior depósitos não declarados à repartição federal competente.
- Ⓒ A conduta de quem apresenta, em liquidação extrajudicial, declaração de crédito falsa é tipificada como crime de falsidade ideológica, previsto no Código Penal, dada a ausência de previsão de crime específico na Lei n.º 7.492/1986.
- Ⓓ O ex-administrador de instituição financeira que deixar de apresentar ao interventor, dentro do prazo estabelecido, as informações ou documentos solicitados responderá civil e administrativamente pela omissão, mas não penalmente, haja vista a ausência de adequação de sua conduta aos tipos penais previstos na Lei n.º 7.492/1986.
- Ⓔ Em face da gravidade dos crimes e do objeto de proteção jurídica, a Lei n.º 7.492/1986 comina pena de reclusão para todos os tipos penais nela previstos.

QUESTÃO 20

Com relação à delação premiada, prevista na Lei n.º 7.492/1986, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para que seja reconhecida para fins de redução da pena, a confissão do agente deve ser espontânea.
- Ⓑ Não é possível o reconhecimento desse benefício nas hipóteses de crimes cometidos em quadrilha.
- Ⓒ Esse benefício somente será aplicável caso a confissão seja efetivada perante a autoridade judicial.
- Ⓓ Para a concessão desse benefício, considera-se o grau de participação do agente no crime, de forma que pode ser aplicado ao partícipe, mas não ao coautor.
- Ⓔ A colaboração efetiva do delator, referente a toda a trama delituosa, poderá implicar a diminuição da pena de um terço até a metade.

QUESTÃO 21

Assinale a opção correta a respeito da Fundação Banco Central de Previdência Privada (CENTRUS).

- Ⓐ A diretoria-executiva da CENTRUS é o órgão máximo da sua estrutura organizacional, sendo responsável pela definição da política geral de administração da entidade.
- Ⓑ A CENTRUS é entidade fechada de previdência complementar, com fins lucrativos, dedicada à instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário e concessão de pecúlios.
- Ⓒ A CENTRUS constitui entidade fechada de previdência complementar, que atende a todos os servidores do BCB.
- Ⓓ Entre as fontes dos recursos administrados pela CENTRUS estão as dotações especiais dos patrocinadores, participantes e assistidos necessárias à manutenção dos fundos de garantia das reservas técnicas.
- Ⓔ É de quatro anos a duração do mandato de todos os membros dos órgãos estatutários da CENTRUS.

QUESTÃO 22

Com relação à administração financeira do BCB, assinale a opção correta, considerando que OAM se refere a operações de autoridade monetária, CMN se refere ao Conselho Monetário Nacional e Redi-BC, a reserva para o desenvolvimento institucional do BCB.

- A** Os recursos do Redi-BC não transitam pelo orçamento geral da União, uma vez que se destinam às atividades essenciais do BCB.
- B** No orçamento organizacional do BCB estão incluídas as despesas inseridas na lei de orçamento anual.
- C** A revisão das dotações constantes do orçamento de receitas e encargos de OAM depende de aprovação do CMN.
- D** Além do orçamento organizacional e das OAM, o BCB possui um fundo denominado reserva para promoção da estabilidade da moeda e do uso do cheque (Recheque), destinado às contribuições obrigatórias dos bancos sobre o valor dos cheques sem fundo.
- E** A Redi-BC é um fundo especial da instituição, dotado de personalidade jurídica própria, que administra os recursos vinculados ao desenvolvimento institucional do BCB.

QUESTÃO 23

Para os efeitos do Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC), podem ser considerados dependentes

- A** os filhos e enteados do participante do programa.
- B** o(a) companheiro(a) do participante do programa, em união homoafetiva, com coabitação comprovada por período igual ou superior a um ano.
- C** os dependentes do participante pensionista.
- D** a madrasta e o padrasto do participante do programa ou do seu cônjuge ou companheiro.
- E** o ex-cônjuge ou ex-companheiro do participante do programa.

QUESTÃO 24

Com base na Lei de Acesso à Informação e no decreto que a regulamenta, assinale a opção correta.

- A** A Controladoria-Geral da União (CGU) é a última instância para exame de recursos contra decisões que indefiram pedido de acesso a informação.
- B** A ausência de motivação do pedido de informações importa no indeferimento do pedido.
- C** Não há direito de acesso à informação contida em parecer administrativo que fundamente a edição de ato administrativo decisório.
- D** Constitui motivo para a negativa do acesso à informação a formulação de pedido de informação genérico.
- E** A classificação de informação no grau secreto, no âmbito do BCB, é de competência exclusiva do presidente da autarquia e das demais autoridades que exerçam funções de direção equivalente ao DAS 101.5.

QUESTÃO 25

No que se refere às alterações promovidas na economia brasileira pelos planos econômicos vigentes nas décadas de oitenta e noventa do século passado, assinale a opção correta.

- A** Entre as medidas econômicas implantadas durante o plano Cruzado, lançado em 1986, inclui-se congelamento de preços e tarifas.
- B** No plano Verão, houve bloqueio dos saldos de depósitos à vista e de cadernetas de poupança superiores a 50 mil cruzados novos.
- C** Os idealizadores do plano Collor I criaram o Cruzado Novo.
- D** O plano Real foi implantado no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.
- E** No plano Bresser, lançado em 1986, o nome da moeda à época, Cruzado, foi substituído por Cruzeiro.

QUESTÃO 26

No que se refere aos planos econômicos brasileiros das décadas de oitenta e noventa do século XX, assinale a opção correta.

- A** No plano Real, instituiu-se situação singular no âmbito do SMN: a admissão da existência concomitante de duas unidades monetárias que poderiam ser utilizadas para fins liberatórios — a unidade real de valor (URV) e o Cruzeiro Real.
- B** Os referidos planos econômicos representaram tentativas do Estado de romper com a crise imobiliária que se instaurou no Brasil após o fim da ditadura militar.
- C** A criação dos planos econômicos buscou fundamento na Constituição Federal, especialmente no termo “planejamento” contido no art. 174, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- D** Uma das ações que caracterizou a implantação do plano Cruzado foi o bloqueio de saldos de depósito à vista e de cadernetas de poupança superiores a cinquenta mil cruzados novos.
- E** Os planos econômicos criados anteriormente ao Real, embora não tenham alcançado o objetivo final de estabilização econômica do país, impediram, ao menos, o caos da hiperinflação.

QUESTÃO 27

Acerca das cláusulas de reajuste monetário em contratos e sua aplicação após o início de um novo plano econômico, assinale a opção correta.

- A** A implantação de um plano econômico sem a aplicação de regras de transição que disciplinassem a forma de cálculo da correção monetária implicaria prejuízo ao credor.
- B** A correção monetária foi concebida para a exclusiva proteção do devedor, dada a adoção, pelo Brasil, do princípio do nominalismo.
- C** Os mecanismos deflatores e as regras de transição previstas na legislação que instituiu os planos econômicos objetivavam proteger o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, buscando imunizar as expectativas originais dos contratantes.
- D** Não é permitido modificar, por meio de um plano econômico, as cláusulas de contratos firmados anteriormente à sua vigência, salvo se comprovada, no caso concreto, situação de desequilíbrio econômico financeiro causado pela lei que o institua.
- E** A quebra das expectativas inflacionárias causada, por exemplo, pelo congelamento de preços promovido por novo plano econômico garante a proteção das cláusulas de correção monetária em contratos firmados em período anterior à vigência da lei instituidora do plano.

QUESTÃO 28

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca dos planos econômicos, assinale a opção correta.

- A** Os ganhos contratuais obtidos pelo credor em razão das modificações econômicas produzidas pelos novos planos econômicos estão inseridos na álea econômica do contrato.
- B** As normas que instituem novo padrão monetário não podem ser aplicadas aos contratos cuja execução já se tenha iniciado.
- C** O fator de deflação previsto na legislação instituidora dos planos econômicos quebra o equilíbrio contratual, constituindo intervenção ilegal do Estado na autonomia das partes.
- D** A submissão dos contratos anteriores ao plano econômico ao fator de deflação não afronta o ato jurídico perfeito.
- E** As partes contratantes têm direito adquirido ao regime monetário vigente ao tempo da contratação.

QUESTÃO 29

Acerca dos institutos da intervenção e da liquidação forçada, assinale a opção correta.

- A** Compete privativamente ao CMN exercer a fiscalização das instituições financeiras.
- B** O diferimento do contraditório e da ampla defesa invalida a decretação da liquidação extrajudicial.
- C** A decretação de intervenção ou liquidação judicial gera, *per se*, o direito da instituição financeira a receber indenização do Estado.
- D** A legislação brasileira admite a decretação de intervenção sem prévio contraditório e ampla defesa.
- E** A intervenção tem por escopo o encerramento das atividades de instituição financeira.

QUESTÃO 30

Acerca da indisponibilidade de bens em caso de intervenção, liquidação extrajudicial e falência de instituição financeira, assinale a opção correta.

- A** Os bens indisponíveis poderão ser objeto de garantia real, vedada sua alienação.
- B** A indisponibilidade de bens deve ser declarada judicialmente para surtir efeitos em caso de falência de instituição financeira.
- C** A decretação da indisponibilidade de bens atinge, exclusivamente, o patrimônio da instituição financeira.
- D** A indisponibilidade dos bens atinge todos aqueles que, nos doze meses anteriores ao ato que decreta a intervenção, a liquidação extrajudicial ou a falência, tenham exercido funções de administração na instituição financeira.
- E** A indisponibilidade atinge todos os bens dos administradores das instituições financeiras em intervenção, ressalvados os bens adquiridos anteriormente ao ingresso nas funções de administração.

QUESTÃO 31

Acerca da aplicação de multas decorrentes do poder de polícia, de acordo com os entendimentos da PGBC e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- A** Não há decisão judicial do STJ com efeito vinculante geral na qual seja declarada ilegal a aplicação, pelo BCB, de multa pecuniária decorrente do poder de polícia e baseada em atos normativos infralegais.
- B** Nesses casos, a fixação das penalidades pode ser feita por normas infralegais, porém a descrição das condutas típicas deve estar prevista em lei.
- C** Não há precedentes no STJ acerca da legalidade da aplicação de multa com base em norma infralegal, estando essa matéria pendente de julgamento.
- D** Não cabe à PGBC defender judicialmente a aplicação de sanções a condutas tipificadas apenas em normas infralegais.
- E** Consoante o princípio da legalidade, tanto a descrição da conduta vedada quanto a fixação da pena a ser aplicada devem estar previstas em lei em sentido estrito.

QUESTÃO 32

Considerando a linha de defesa sustentada pela PGBC no que se refere ao contencioso judicial do BCB em regimes especiais, assinale a opção correta.

- A** Segundo entendimento do STJ, não há nexos causal entre os prejuízos suportados pelos investidores em razão da quebra da instituição financeira e a suposta ausência de fiscalização do BCB.
- B** A recuperação das instituições financeiras envolve interesses meramente privados.
- C** Na decretação de liquidação extrajudicial, o contraditório e a ampla defesa devem ser prévios, podendo ser diferidos no caso de intervenção.
- D** Na decretação da intervenção e da liquidação extrajudicial, o contraditório e a ampla defesa devem ser prévios.
- E** Decretada a intervenção, a posterior liquidação judicial da instituição financeira será obrigatória.

QUESTÃO 33

A desnecessidade de instrumento de procuração para a representação extrajudicial do BCB

- A** tem como fundamento o fato de que a representação extrajudicial do BCB por seus procuradores é institucional.
- B** foi afastada pelo Parecer GQ-163/1998, aprovado pelo advogado-geral da União e pelo presidente da República, que tem eficácia vinculante em relação à administração federal.
- C** não se aplica às hipóteses de representação de dirigentes do BCB.
- D** está expressamente prevista na Lei n.º 9.469/1997, que regulamenta a Lei Complementar n.º 73/1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União).
- E** está expressamente prevista na Lei n.º 9.650/1998, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do BCB.

QUESTÃO 34

Entre as hipóteses em que é imprescindível a representação extrajudicial do BCB por meio de sua procuradoria inclui-se a de

- A** processo administrativo, no âmbito do TCU, em que haja interesse da União e do BCB, sendo a defesa dos interesses de cada um dos entes jurídicos conduzida de forma independente por meio de seu órgão de representação extrajudicial.
- B** prestação de informações em resposta a solicitações do Ministério Público e de autoridade policial competente.
- C** pedido de prorrogação de prazo para o atendimento de demandas de competência funcional do presidente dessa instituição perante autoridades de Estado.
- D** fornecimento e acompanhamento de informações necessárias ao julgamento das contas da instituição pelo TCU.
- E** processo administrativo, no âmbito do TCU, relativo a atos e contratos em que se verifiquem falhas de natureza formal.

QUESTÃO 35

Os processos administrativos conduzidos pelo TCU no exercício de suas competências constitucionais

- A** não se sujeitam ao reexame judicial, uma vez que o TCU tem jurisdição própria e privativa.
- B** obedecem ao princípio do formalismo, com a previsão de formas rígidas para a prática dos atos processuais.
- C** não comportam dilação probatória.
- D** admitem, com fundamento no poder geral de cautela, a adoção de medidas cautelares não contempladas na Lei Orgânica do TCU.
- E** são regidos pelas disposições do Código de Processo Civil, exceto no que se refere ao seu sistema recursal.

QUESTÃO 36

A respeito dos recursos cabíveis nos processos administrativos conduzidos pelo TCU, assinale a opção correta.

- A** Cabem embargos de declaração de decisão monocrática.
- B** Os embargos de declaração são restritos a decisões proferidas em processos de tomada ou prestação de contas.
- C** São cabíveis os seguintes recursos: recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, reclamação e agravo.
- D** Os embargos de declaração suspendem o prazo para ambas as partes.
- E** Admite-se a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração.

QUESTÃO 37

Assinale a opção em que é apresentada a medida adotada pelas instituições financeiras para minimizar os incentivos ao risco moral (*moral hazard*), em face da implementação de uma rede de segurança financeira.

- A** assistência financeira de liquidez
- B** mecanismos de seguro de crédito
- C** operações de redesconto
- D** regime de administração especial temporária
- E** regulação prudencial

QUESTÃO 38

A respeito do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), assinale a opção correta.

- A** Uma das funções desse fundo é a execução de operações de assistência financeira com instituições associadas para a prevenção da insolvência.
- B** Os bancos de desenvolvimento não estão compelidos a participar do FGC, uma vez que não se destinam à captação de recursos do público mediante depósitos à vista, aceite em letras de câmbio e emissão de letras hipotecárias.
- C** O FGC, entidade pública com fins lucrativos, nos moldes dos bancos públicos, destina-se à administração dos mecanismos de proteção a titulares de créditos contra instituições financeiras.
- D** O FGC dispõe de dois instrumentos de proteção do sistema financeiro: a garantia de créditos e as operações de redesconto.
- E** A Resolução n.º 4.222/2013, que regula o FGC, veda a realização de operações de assistência financeira com instituições bancárias que não integrem o fundo.

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta acerca da representação extrajudicial por procuradores do BCB.

- A** A representação extrajudicial pela procuradoria do BCB compreende toda forma de atuação em nome do órgão em instância diversa do Poder Judiciário.
- B** A atuação extrajudicial dos procuradores do BCB limita-se a prestar consultoria e assessoramento jurídico.
- C** O relacionamento extrajudicial entre o BCB e o Poder Legislativo deve ser intermediado por procuradores daquele órgão.
- D** A participação de procurador do BCB é obrigatória em processo administrativo disciplinar, implicando a ausência de defesa técnica a nulidade do procedimento.
- E** É competência específica da PGBC oficiar nos processos de interesse do BCB junto ao TCU.

QUESTÃO 40

O recurso cabível, no âmbito do TCU, sem efeito suspensivo, contra decisão definitiva em processo de tomada de contas, em caso de falsidade dos documentos que embasem o acórdão recorrido, é o

- A** recurso de reconsideração.
- B** recurso de revisão.
- C** embargo de declaração.
- D** agravo.
- E** pedido de reexame.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos